

# Sarney considera a distensão irreversível

“A distensão não é uma dádiva. É uma necessidade do Estado. Por isso, ela é irreversível e não parou mas continua”. A afirmação foi feita ontem em São Paulo pelo senador José Sarney (Arena-MA), durante almoço no Clube dos Repórteres Políticos. Para ele, as eleições de 1976 não são condição para a redemocratização, “mas uma etapa decisiva”.

“Eleição — frisou — é sempre comparação de opiniões e só tem sentido como isso, pois ela dá a medida da opinião pública. A história mostra que não há forma de governo que se coloque contra a opinião nacional”. F. acrescentou: “O processo de distensão não será sacrificado. A opinião popular deve ser respeitada”.

Para o senador, o grande hiato político que o País enfrenta é a falta de partidos autênticos. “Enquanto — salientou — não houver partidos modernos, fortes, não haverá facilidades para o restabelecimento democrático”.

Sarney criticou o comportamento da Arena, “que sempre se preparou para vitórias eternas, julgando que o MDB viveria sempre de derrotas”. Para ele, a oposição saiu legitimada pelos resultados das eleições de novembro de 74, “enquanto a Arena ainda não está no governo e nem é reconhecida como seu partido político”.

“O PND — destacou — não é um documento político e ainda existe um fosso político entre a Arena e o governo”.

## FORTEALECIMENTO

Para o fortalecimento dos partidos, Sarney apontou a existência de apenas um caminho: a democratização de suas estruturas, com a participação dos estudantes e operários nas suas atividades. E, segundo ele, o projeto Petronio Portella — criando os movimentos estudantil e trabalhista junto aos partidos — é uma tentativa nesse sentido.

Reconhecendo que “a Revolução ainda não teve o gesto de grandeza de devolver ao setor político as suas tarefas específicas”, Sarney defendeu a transformação da Arena “num partido representativo da Nação para a tarefa de governá-la, demonstrando a capacidade do poder civil e liberando as Forças Armadas das funções de proteção das instituições”.

O senador fez questão de distinguir as diferenças entre o processo de liberalização e o de institucionalização. O

primeiro é representado pela eliminação da censura à imprensa, realização das eleições a 15 de novembro e o restabelecimento do debate político. Assim, o presidente Geisel levantou a tese do desenvolvimento integrado, abrangendo não somente o setor econômico, mas também o social e o político, ao mesmo tempo em que preconizava o fortalecimento da empresa nacional, uma nova política de redistribuição de renda e a ampliação do debate institucional.

O coroamento do processo de liberalização será a reforma constitucional. “Um grande País como o Brasil — enfatizou — não pode ter uma Constituição outorgada por uma Junta Militar”.

Sarney considerou que, com o governo Geisel, se iniciou o “descongelamento” do debate político, após o que classificou de “hibernação” ocorrida entre os anos 68 e 74. “A Revolução volta às origens” — assinalou, ao recordar as preocupações reformistas e sociais do marechal Castello Branco. Dentro desse processo de descongelamento, ele entende que os diretórios acadêmicos e os sindicatos deverão ter a sua participação. “É preciso — frisou — ampliar as faixas do debate”.

## SUCESSÃO

O senador desmentiu que fosse candidato à sucessão de Petronio Portella na presidência nacional da Arena. No entanto, embora ressaltando que não desejava nem a secretariado do partido, deixou escapar a observação de que considerava essa tarefa “fascinante”.

Também classificando de “teoricamente execráveis” as sublegendas, Sarney afirmou que elas são um instrumento democratizador na vida interna partidária. Para ele, o bipartidarismo é o ideal. A tese de quatro ou cinco partidos com ideologias definidas, segundo o senador, não funciona. Os partidos atuais, inclusive em âmbito internacional, “primam pelo pragmatismo, abandonando suas posições ideológicas”.